

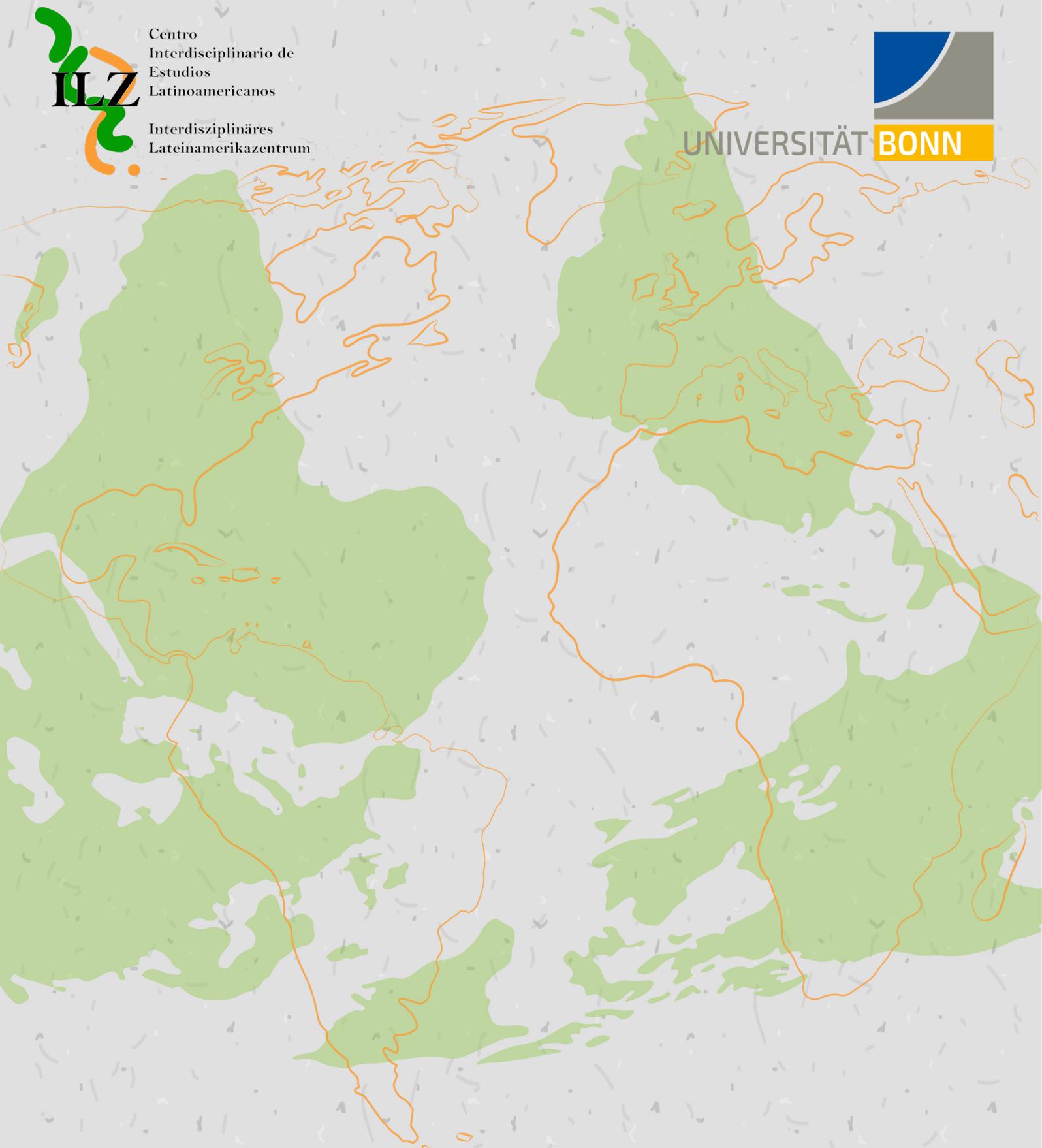


Centro
Interdisciplinario de
Estudios
Latinoamericanos

Interdisziplinäres
Lateinamerikazentrum



UNIVERSITÄT BONN



Mudando tudo sem mudar nada: O progressismo conservador do peronismo entre 1945-1955

Gustavo Ruiz da Silva

Working Paper Series-Puentes Interdisciplinarios 2024/07

Serie 3: Nuevos feminismos en América Latina

Working Paper Series *Puentes Interdisciplinarios* es realizado por El Centro Interdisciplinario de Estudios Latinoamericanos/Interdisziplinäres Lateinamerikazentrum (ILZ) de la Universidad de Bonn, Genscherallee 3, 53113 Bonn, Alemania.

Equipo Editor:

Juanita Arango (M.A.), Universidad de Bonn
Carolina Ilaya García (B.A.), Universidad de Bonn
Dra. Antje Gunsenheimer, Universidad de Bonn
Fiorella López (B.A.), Universidad de Bonn
Pablo Núñez (M.A.), Universidad de Bonn
Dra. Monika Wehrheim, Universidad de Bonn

Este Working Paper Series consiste en los aportes de los y las estudiantes y docentes de América Latina y Alemania, participantes de la Escuela de Verano 2023 *Nuevos feminismos en América Latina* del Centro Interdisciplinario de Estudios Latinoamericanos de la Universidad de Bonn, con el auspicio de Santander Universities en cooperación con la Universidad de Bonn.

Todos los documentos están disponibles gratuitamente en el sitio web del ILZ:
<https://www.ilz.uni-bonn.de/es/publicaciones/wps-series-puentes-interdisciplinarios>

Cómo citar:

Ruiz da Silva, Gustavo (2024): "Mudando tudo sem mudar nada: O progressismo conservador do peronismo entre 1945-1955". En: *Working Paper Series Puentes Interdisciplinarios*, serie 3, 07. Bonn: Centro Interdisciplinario de Estudios Latinoamericanos/ Interdisziplinäres Lateinamerikazentrum (ILZ), Universidad de Bonn.

Derechos de autor de este artículo

© Gustavo Ruiz da Silva

Esta publicación se ofrece bajo la licencia de Atribución/Reconocimiento-NoComercial-SinDerivados 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). El texto de la licencia está disponible en <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>.

El Centro Interdisciplinario de Estudios Latinoamericanos (ILZ) no se responsabiliza de los errores ni de las consecuencias derivadas del uso de la información contenida en este documento; los puntos de vista y las opiniones expresadas son exclusivamente de los/as autores/as y no reflejan necesariamente los del ILZ, sus proyectos de investigación o sus patrocinadores.

La inclusión de un artículo en el Working Paper Series *Puentes Interdisciplinarios* del ILZ no debe limitar la publicación de éste (con permiso del titular o los titulares de los derechos) en cualquier otro lugar.

Diseño de portada

Eduardo Muro Ampuero

Diagramación

Pablo Núñez Arancibia

Mudando tudo sem mudar nada: O progressismo conservador do Peronismo entre 1945-1955

Gustavo Ruiz da Silva¹

Resumo: Este artigo investiga como se efetuou o movimento político feminino entre 1945 e 1955 na Argentina, especificamente dentro do Partido Peronista Feminista. Desta forma, os objetivos específicos são, em primeiro lugar, apresentar um breve relato sobre a história da América Latina, fazendo uma contextualização geopolítica da região. Em seguida, apresenta-se brevemente a situação a partir das bases do peronismo, suas características teóricas, políticas, econômicas e sociais. A seguir, analisa-se o objeto central desta pesquisa: o tema dos movimentos femininos liderados por Eva Perón. Os autores utilizados são Díaz (2005) e Olguin (2013). A última parte aponta algumas críticas ao cenário argentino da época, bem como aos movimentos de justiça social empreendidos pelo Partido Peronista. Para isso, o quadro teórico conta com textos de Barros (2016) e Perrig (2015). Para a construção da ideia de Progressismo-Conservador, o fio condutor teórico que guia nossa pesquisa são os textos de Barry (2007, 2008, 2011a, 2011b, 2011c). É dado foco especialmente àqueles centrados no desenvolvimento dos movimentos políticos femininos que consolidaram a participação das mulheres no processo democrático argentino e na criação e expansão do Partido Peronista Feminino, assegurando certos avanços políticos para as mulheres através do que se conheceu como Justicialismo Social.

Palavras-chave: Progressismo-Conservador; Argentina; Peronismo; Justicialismo Social; Sufrágio Feminino; Eva Perón.

Changing everything without changing anything: The conservative progressivism of Peronism between 1945-1955

Abstract: This paper investigates how the female political movement occurred between 1945 and 1955 in Argentina, specifically within the Feminist Peronist Party. In this paper, the specific objectives are: first, to provide a brief overview of the history of Latin America, placing a focus on the geopolitical context of the region; and second, to briefly present the situation from the perspective of Peronism, including its theoretical, political, economic, and social characteristics. Next, the research focuses on the female movements led by Eva Perón, analyzed using sources from Díaz (2005) and Olguin (2013). The last part points out some criticisms of the Argentine scenario of the time and the social justice movements undertaken by the Peronist Party. Moreover, the theoretical framework includes texts from Barros (2016) and Perrig (2015). For the construction of the idea of Conservative-Progressivism, the theoretical guiding thread that guides our research is the texts of Barry (2007, 2008, 2011a, 2011b, 2011c). Focus is given especially to those centred on the development of female political movements that consolidated the participation of women in the Argentine democratic process and the creation and expansion of the Feminist Peronist Party, ensuring certain political advances for women through what was known as Social Justice.

Keywords: Conservative-Progressivism; Argentina; Peronism; Social Justice; Female Suffrage; Eva Perón.

¹ Gustavo Ruiz da Silva es doutorando em Filosofia na Universidade de Warwick (Reino Unido) e na Universidade Monash (Austrália). Graduate Visiting Scholar na Johns Hopkins University (Estados Unidos). Email: Gustavo.da-silva@warwick.ac.uk

Breve relato sobre história da América Latina

O escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano (2019:7), em sua construção argumentativa e reconstituição histórica, retoma um discurso de George W. Bush, pronunciado em 27 de julho de 2001:

Vocês já imaginaram um país incapaz de cultivar alimentos suficientes para prover sua população? Seria uma nação exposta a pressões internacionais. Seria uma nação vulnerável. Por isso, quando falamos de agricultura, estamos falando de uma questão de segurança nacional (Bush 2001).

A América Latina foi especialista em perder política e economicamente, e com o passar dos séculos foi se aprimorando nesse quesito. Enquanto outros se habilitaram em ganhar, nós perdemos até o direito de sermos chamados de americanos: trabalhamos para satisfazer vontades alheias e somos produtores de bens agrícolas para os países mais ricos, onde tudo se transforma em capital europeu ou norte-americano. A pobreza e a miséria da América Latina são o resultado do seu fracasso: “nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia” (Galeano 2019: 19). Enquanto os países opressores tornam-se mais ricos, a América Latina fica cada vez mais desigual: durante o século XX, a população cresceu e se urbanizou de modo intenso, alimentou-se com sobras de produtos não commoditizados para o mercado internacional, e viveu amontoadada em casebres doentios em decorrência da favelização.

Hoje, em relação ao fluxo global de comércio, a América Latina produz menos produtos do que produzia antes da última guerra mundial e suas exportações são menores que na véspera da crise de 1929 (Gombata 2020). A industrialização tardia e dependente em locais privilegiados como São Paulo, Buenos Aires e Cidade do México dissemina o desemprego, distribui pobreza e carece cada vez menos de mão de obra, em especial nos

setores agroexportadores. “O que sobra é gente (...) sem trabalho no campo, onde o latifúndio reina com suas gigantescas terras improdutivas, e sem trabalho na cidade, onde reinam as máquinas: o sistema vomita homens” (Galeano 2019: 21).

O processo de industrialização nas principais economias latino-americanas ensejou a manutenção, senão o recrudescimento, da dependência com relação às principais economias mundiais, especialmente a norte-americana. O malogro do modelo de substituição de importações, estratégia de industrialização adotada pelas principais economias latino-americanas, descortinou o caráter estruturalmente dependente dessas economias. De nada adiantava a substituição de importações de determinadas mercadorias se, concomitantemente, novas demandas por importações surgiam e, ademais disto, eram asseguradas as estruturas que impediam a formação de uma economia interna competitiva (estrutura fundiária concentrada, renda média baixa, insuficiência tecnológica, dentre outros aspectos) (Xavier 2018: 390).

As matanças na América Latina são constantes, secretas e silenciosas – e até recentemente poucos eram os movimentos político-sociais que verbalizavam essa luta. Como interpretado por Xavier (2018), somos parte direta da zona de influência dos Estados Unidos, fazendo parte de seus esforços imperialistas. Em especial na América Espanhola, a pluralidade nacional e étnica pulverizada de muitos povos dificulta os processos de resistência e facilita os de dominação. Segundo Souza (2016), existe um colonialismo incorporado pelos latinos-americanos, uma colonização “da alma”, com origem escravocrata e patrimonialista.

As relações da América Latina com os centros capitalistas europeus têm uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, ou seja, a configuração de dependência ou subordinação entre nações independentes, onde as relações de produção dos países subordinados são refeitas para aumentar a depen-

dência. Ser independente é admissível, mas autônomo nunca. Para o sociólogo alemão Gunder Frank (1966: 2), "o desenvolvimento do subdesenvolvimento" é perfeito para que o imperialismo se perpetue. Essa relação internacional da América Latina desempenha importante papel na formação da economia capitalista mundial. O desenvolvimento industrial necessita de produtos agrícolas e esses meios de subsistência derivados da agropecuária são consideravelmente proporcionados pelos países latinos. Assim a divisão do trabalho foi aprofundada: a América Latina além de facilitar o crescimento quantitativo dos países desenvolvidos, contribui também para que o processo da acumulação dependa mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho e do que apenas da exploração do trabalhador.

Em relação aos três maiores polos de industrialização da América Latina – Brasil, Argentina e México –, eles "expõem as deformações características de um desenvolvimento reflexo" (Galeano 2019: 293). Após a Segunda Guerra Mundial, passaram a ser o reduto dos interesses europeus e de investimentos norte-americanos, mas de modo dual em relação às suas burguesias industriais, que eram minorizadas e não poderiam competir internacionalmente. Os investimentos nas fábricas latino-americanas não mudam a divisão internacional do trabalho. A região continuou exportando desemprego, miséria e produtos industriais feitos com mão de obra barata em filiais das corporações internacionais: "o intercâmbio desigual funciona como sempre: os salários de fome da América Latina contribuem para financiar os altos salários dos Estados Unidos e Europa" (Galeano 2019: 291).

Ainda assim, durante períodos trabalhistas e nacional-desenvolvimentistas, o investimento em petróleo e indústria de base cresceu. Diante desta situação de dependência e imperialismo, foi-se possível ver a ascensão política de Juan Perón, que começou a assumir cargos na política Argentina durante o conturbado governo do Grupo de Oficiais Unidos (GOU), composto por militares ultraconservadores, católicos e simpatizantes do nazifas-

cismo. Ele assumiu a Secretaria do Trabalho e Provisão em 1943 e aproximou-se de sindicalistas e trabalhadores, promoveu diversos benefícios aos trabalhadores como as férias remuneradas e assim tornou-se popular entre as classes trabalhadoras. Juan Perón se distanciou das elites que estavam preocupadas com uma política de massa e por isso foi preso em 1945. Após muitas manifestações das classes trabalhadoras em Buenos Aires, Perón é solto e sai fortalecido da prisão. Com ajuda de sua esposa, Eva Péron, consegue durante sua campanha à presidência o apoio do Exército e da Igreja, sendo eleito em 1946 com 300 mil votos a mais que seu adversário José Tamborini.

Assumindo a presidência após a Segunda Guerra Mundial, em um período marcado pela Guerra Fria, e dotando uma postura neutra em relação aos EUA e à União Soviética, tomou uma orientação nacionalista. Com prestígio popular, Juan Domingo Perón expressou a necessidade de consolidação de desenvolvimento da indústria nacional argentina. Na América Latina, o Estado impôs o acesso político e econômico das massas populares aos benefícios da industrialização. Contudo, apesar da Argentina monopolizar a exportação de grãos durante o governo de Perón, não promoveu nenhuma transformação radical no regime de propriedade da terra, ou nacionalizou grandes frigoríficos norte-americanos ou britânicos. Ainda que com grandes mudanças, o Estado argentino não diagnosticou a necessidade histórica de desenvolvimento de tecnologias próprias, não se consolidando competitivamente no sistema industrial internacional.

Em 1953, Perón que chegou a enfrentar o embaixador dos Estados Unidos. Recebeu o então presidente Milton Eisenhower e pediu ajuda com investimentos em capital estrangeiro para impulsionar suas indústrias. Na América Latina a associação das indústrias nacionais com as corporações imperialistas era fundamental na medida em que o projeto de substituição de manufaturas importadas buscava pular as etapas da industrialização e necessitava mais técnicas e organização nas fábricas. No período, Argentina e Brasil

– com o apoio dos seus governos militares – disputaram com predileção os investimentos imperialistas na região. “As galinhas concedem às raposas igualdade de oportunidades” (Galeano 2019: 306): para os estrangeiros, o governo isentou impostos, ofereceu taxas de câmbio especiais e o mesmo acesso ao crédito que empresas nacionais. Foi assim que no final da década de 1950 a recessão econômica, a instabilidade monetária e a diminuição do poder aquisitivo do mercado interno colaboraram para que as indústrias nacionais perdessem competitividade e espaço para as corporações multinacionais.

Mesmo que Perón tenha se diferenciado dos governantes anteriores pelo seu comprometimento com a política social, não conseguiu operar uma transformação profunda na política econômica-industrial argentina. Durante seu governo, as forças empresariais sempre ofereceram resistência: os aristocratas rurais e burgueses argentinos associadas com o capital estrangeiro eram seus maiores opositores, em especial sua política social estar majoritariamente voltada para a distribuição direta de riqueza. Seu chamado “populismo”² tinha como protagonista os trabalhadores, os “descamisados”, e não sua condição trabalhista. Mas ainda assim, Perón regulamentou sindicatos, aproximou-se dessa classe trabalhadora com aumentos salariais, lutou contra as oligarquias entreguistas, estatizou ferrovias, empresas de telefonia, petróleo, companhias de eletricidade e melhorou a renda da população argentina.

Desta maneira, a América Latina tem sido historicamente objeto de processos de dependência econômica e política que moldaram seu desenvolvimento. Com uma visão crítica desses processos, é importante destacar como as dinâmicas de poder globais influenciaram a economia e a política da região. É neste contexto, surgiram líderes como Juan

Domingo Perón na Argentina, que navegou status quo e buscou implementar reformas sociais e econômicas que vieram a melhorar a qualidade material a vida de grupos historicamente marginalizados. Perón, com sua visão de uma Argentina industrializada e autônoma, colocou os interesses nacionais em primeiro lugar em meio às tensões da Guerra Fria.

No mais, a pressão internacional exigia discursos alternativos e estratégias de negociação cuidadosas. Perón soube lidar com essas tensões, equilibrando as demandas internacionais com as necessidades e expectativas locais. Sua abordagem incluiu o manejo das peculiaridades locais, como as relações religiosas, e a atenção às expectativas da população em relação às suas condições de trabalho. Mudando a política e a economia da Argentina, Perón deixou uma marca indelével na história nacional. Seu legado, embora controverso, continua sendo um ponto de referência nos debates sobre o desenvolvimento e a justiça social na América Latina. Enfim, para entender completamente o impacto e o legado do peronismo, é essencial levar em conta o contexto histórico e geopolítico mais amplo da América Latina, assim como seu lugar de desenvolvimento e dependência no cenário mundial.

As bases do Peronismo

Em 1945 Juan Domingo Perón já havia ganhado forças e se tornado popular e, no início de 1946, foi eleito o presidente da Argentina. De acordo com Peter Waldmann (1986), os princípios que fizeram com que Perón se articulasse de uma maneira a se fortalecer politicamente ocorreram através da mudança de localização e da função social do sistema político argentino. A maneira como as camadas superiores e dominantes usavam o aparato estadual começou a colidir com a resistência crescente das camadas inferiores e subordinadas. Para isto, era necessário corrigir as estruturas políticas, torná-las mais abertas e flexíveis. O modelo de governo peronista fornecia essa correção, além do projeto de fazer com que o Estado não tivesse apenas uma

2 O governo de Perón não deve ser compreendido como populista, pois é preciso considerar as características nacionais e suas circunstâncias particulares. “A adesão da classe trabalhadora ao populismo é interpretada tomando-se por base a estrutura social, sem se levar devidamente em conta elementos da ordem política e cultural” (Capelato 1998).

relação estreita com as camadas de poder, mas que também tivesse uma relação com as classes menos favorecidas, ocupando assim um cargo de mediador e estando, ao mesmo tempo, acima das classes favorecidas. Era preciso que o Estado tivesse um peso próprio para que pudesse atuar como um fator de equilíbrio na esfera social e política.

Segundo Waldmann (1986), os principais princípios políticos que produziram tal mudança e fornecem um esboço simples e claro da organização peronista de poder são: o compromisso com a solidariedade, a ideia de um líder, o princípio de organização e representação. O compromisso com a solidariedade se deu através da renúncia das práticas tradicionais – Grupo de Oficiais Unidos (GOU) –, com o objetivo de unir todos os cidadãos. Só seria possível atingir o seu objetivo através da neutralização das tensões existentes entre as diferentes camadas da sociedade. Já a segunda ideia norteadora do peronismo era o princípio de líder. Para Perón, era nítida a necessidade de um político ter uma certa flexibilidade para fazer compromissos e con-

cessões.

No mais, para o governo peronista, condução não significava poder absoluto de dominação. Em diversos discursos, Perón exortou as classes mais baixas a se organizarem, aspirando, assim, uma ordem corporativa, que em parte se concretizou. O peronismo pode ser representado pela relação entre um aparelho de Estado subordinado ao governo e o corpo social composto por numerosas associações e grupos. Por conta do aumento de funções gerais do Estado, ele acabou ocupando uma certa superioridade sobre os grupos sociais (Waldmann 1986).

Um dos principais êxitos do governo peronista foi, então, a integração das camadas sociais mais baixas. Essa conquista foi resultado das reformas sociais aplicadas por Perón, como por exemplo a orientação distributiva, que não cobriu apenas as camadas baixas, mas estendeu-se a todos os setores sociais e econômicos. Com a promoção da pequena e média indústria houve um maior nivelamento da riqueza da elite. O Estado tentou ao menos diminuir a lacuna entre a população

Imagem 1: Eva e Perón desembarcando na Espanha de Franco (Madri 1947)



Fuente: Iberia Airlines

bem estabelecida social e economicamente e a população de indivíduos sem riquezas, que viviam à margem da sociedade, fazendo com que ocorresse uma integração desses estratos marginais. Para capturar a massa trabalhadora, ele sabia que seria necessário se utilizar de estratégias ideológicas e emocionais, que deveriam estar apoiadas em bases materiais e institucionais (Rodriguez 2006).

Assim, ele procurou despertar nas camadas sociais mais baixas um senso de nacionalidade e identidade através da disseminação de sua doutrina, pondo em prática também um esforço para empreender reformas voltadas para elevação do padrão de vida e melhoria da condição social das camadas inferiores. Uma nova construção da nação estava em jogo, incorporando as massas trabalhadoras e os “descamisados”, e levando a um confronto com o que já estava sendo visto como o poder imperialista dos Estados Unidos, que substituíria o decadente poder britânico. Se sua esposa Eva Perón personificava a justiça e a plebeização, a defesa dos “descamisados” (Navarro 1977), o que o slogan da primeira campanha eleitoral peronista – Braden o Perón – fez foi expressar a reivindicação da autonomia nacional (Domingues 2016: 24).

Para isso, Perón seguia os seus dois objetivos básicos: a valorização social dos trabalhadores, ou seja, reconhecendo-os como membros da comunidade nacional, com todos os direitos que isso implica; e a melhoria de suas condições econômicas. Apesar das atitudes de rejeição dos grupos de oposição, como as elites tradicionais, em relação às tentativas de integração das classes populares, as reformas sociais de Perón de fato melhoraram o status social e a situação econômica dos trabalhadores em um período de dois anos. Perón estava alinhado com seus interesses e por isso pode ser descrito como racional e realista (Waldmann 1986).

No início, o peronismo não nutria a intenção de criar um sistema de governo que dependesse majoritariamente das classes mais baixas, pois sua principal intenção era imunizar os trabalhadores contra a corrente de pensamento comunista e tendências revolucionárias, melhorando a sua situação.

Resumidamente, a intenção de suas reformas sociais era promover uma domesticação e não a mobilização dos grupos populares. Seu objetivo não era alienar as classes favorecidas de seus bens e nem de seu poder de domínio sobre a classe trabalhadora, longe disso. Sua intenção era promover a estabilização da ordem social vigente, uma conciliação forçada por meio do Estado. Para isso, acreditava que era necessário corrigir o seu ponto mais fraco: a excessiva falta de privilégios dos trabalhadores. No entanto, seus planos foram arruinados pelos ataques violentos da oposição, o que acabou contribuindo para que Perón fosse buscar o apoio dos trabalhadores e dos sindicatos muito mais do que ele mesmo previa no começo de seu governo.

Inicialmente, nem os sindicatos estavam dispostos a aceitar a reivindicação de Perón de liderança absoluta. Os sindicatos foram um importante fenômeno para ser analisado durante o peronismo. A submissão dos sindicatos à autoridade de Perón foi exposta mais de uma vez como um empreendimento sistemático e contínuo de seu projeto autoritário. A dependência unilateral das organizações sindicais em relação a Perón foi o resultado de uma longa e complexa luta política, cuja característica mais marcante foi a tentativa temporária dos sindicatos de mobilizar politicamente a classe trabalhadora e de obter uma posição dominante no sistema parlamentar de governo, por meio da criação de seu próprio partido político. O partido operário encontrou enorme eco nos mais amplos setores da população e, com apenas quatro meses de existência, alcançou a maioria absoluta nas eleições de fevereiro de 1946. Contudo, logo então Perón o dissolveu e incorporou ao recém fundado “Partido Peronista” (PP) (Waldmann 1986)

O que se deve notar, no entanto, é que as classes favorecidas não efetivamente acreditavam no perigo de uma revolução comunista, como tantas vezes era apontado por Perón em seus discursos. Em meados de 1945, as organizações empresariais começaram a manifestar e criticar a política de reformas sociais empreendida pelo governo. Após sua vitória em 1946, Perón pretendia

moderar sua atitude favorável para com as classes sociais mais baixas e retornar ao seu projeto republicano inicial: o de impor exigências iguais a todas as camadas da sociedade. Todavia, ele não conseguiu se desligar das camadas trabalhadoras urbanas e rurais, pelo contrário, entre os anos 1946 e 1950 sua união ficou ainda mais firme, já que a maioria de suas medidas governamentais continuaram sendo destinadas a esses grupos sociais (Rodríguez 2006).

Ainda muito dependente da classe trabalhadora naquela época, Perón dedicou enorme atenção à fundação de organizações sociais e sindicais, assim como ao seu aperfeiçoamento. O preço exigido por Perón por suas concessões foi o intenso apoio político da classe operária, a clara posição desta a favor de sua pessoa, esposa e governo. Desta forma, os trabalhadores, suas esposas e sindicatos foram o suporte indispensável do regime peronista (Díaz 2005):

Seu governo ficou marcado também pela regulamentação de sindicatos, a aproximação da classe trabalhadora, a luta contra as oligarquias "entreguistas", a estatização de ferrovias, empresas de telefonia, petróleo, companhias de eletricidade e pela melhoria na renda da população. A justiça social, com uma marca chamada justicialismo, foi a prioridade do governo de Perón (Barros 2016: 2)

Eva Perón, então, também teve uma participação decisiva, pois se dedicou à substituição dos antigos dirigentes sindicais por uma nova formação de dirigentes submetidos aos ideais de seu marido. Dessa forma, em 1950, quase todos os sindicatos eram dirigidos por apoiadores do governo. Da mesma forma, ela também foi responsável pelo enfraquecimento da autonomia sindical, garantindo o sucesso de sua segunda estratégia de controle (Waldmann 1986).

Apesar do supracitado, em suas tentativas de colocar o sistema político sob seu controle absoluto, Perón frequentemente obteve resultados contrários aos esperados. Alguns polos de poder dispostos a manter

uma atitude de independência política, e até mesmo de apoio ao regime, tornaram-se inimigos declarados por causa dessas estratégias. Grande parte dos oficiais se convenceu de que a autonomia das instituições militares estava seriamente ameaçada pelo desejo de submissão do governo, que também estava as aparelhar. O estilo de vida de Perón e alguns casos de corrupção também causaram um imenso descontentamento da população. A Igreja³ também fez uma certa pressão contra o governo, pois com a tentativa do regime de conquistar a juventude e diminuir a influência da Igreja na educação, acabou, então, abrindo um precedente (Domingues 2016).

Todas essas circunstâncias contribuíram para a derrubada do regime dentro das forças armadas em meados dos anos 1950. As tentativas do governo peronista de distribuir riqueza entre as desiguais classes também teve um efeito negativo para Perón. Nestes últimos anos ficou demonstrado que o seu ideal de igual proteção estatal para todas as classes sociais era inalcançável dentro daquela conjuntura histórica, além de também ter ficado nítido que o equilíbrio e estabilidade do seu governo dependia do seu vínculo e proximidade com as classes mais baixas em contraponto à oposição oligarca e militar.

Movimientos sociales femininos

Antes da consolidação do Partido Peronista, a situação política das mulheres na Argentina era de marginalização, já que a participação política era reservada apenas aos homens. No entanto, houve esforços por parte das mulheres para mudar esta situação. Existiam

3 A relação entre a igreja e o peronismo merece mais um destaque, tal como indicado por Domingues (2016: 24): "Viradas importantes, como a aproximação de Perón com a Igreja Católica (definindo assim a nação como muito conservadoramente cristã) e a posterior ruptura com ela (quando os símbolos peronistas substituíram os cristãos), devem ser consideradas aqui, bem como o elemento sacrificial, presente desde o aprisionamento de Perón e posteriormente ampliado com a morte de Eva Perón, assumindo centralidade no imaginário popular peronista (provavelmente relacionado a uma metamorfose das crenças cristãs das classes populares em relação ao próprio sacrifício de Jesus)".

organizações sociais de mulheres, embora não tão proeminentes. Durante a campanha eleitoral que levou Perón à presidência em 1946, centros cívicos de mulheres e associações de mulheres surgiram dentro da coligação que apoiou Perón na sua candidatura. A Associação pelos Direitos da Mulher, fundada em 1919, também deve ser particularmente mencionada (Barry 2012).

No que diz respeito às tentativas de organização política feminina, antes do período peronista, apesar das restrições legais, as mulheres já procuravam participar ativamente na política. Por exemplo, houve tentativas (geralmente fracassadas) por parte das mulheres de votar e participar de eleições independentemente da lei. No mais, o papel das mulheres na vida pública argentina antes do período peronista limitava-se principalmente à esfera doméstica. As mulheres eram vistas principalmente como responsáveis pela reprodução, carinho, cuidado e educação das novas gerações. No entanto, algumas mulheres corajosas participaram historicamente da formação do Estado argentino, um processo que durou mais de 50 anos entre guerras e projetos conflitantes. Apesar destas limitações, as mulheres desempenharam um papel crucial na transmissão do conhecimento acerca desse processo assim como na criação de um sentido comum de relevância e pertencimento nacional (Perrig 2010).

Com a consolidação do Partido Peronista (PP), a situação política da mulher mudou consideravelmente a partir dos direitos que possibilitaram sua participação ativa na política. A primeira coisa foi a aprovação da Lei do Sufrágio Feminino de 1947, com a consequente oportunidade de que as mulheres votassem e fossem votadas; a segunda foi a criação da ala feminina do PP, o Partido Peronista Feminino (PPF) em 1949. A criação do PPF, garantindo a incorporação maciça das mulheres na esfera pública, foi, então, feita por Eva Duarte de Perón para a garantia de reeleição presidencial de seu marido, Juan Domingos Perón, em 1951. Este trabalho de campanha política fez com que Eva alcançasse um poder impensável para uma mulher em meados do século XX. Analisando estratégias

políticas e realizando aparições em centros cívicos femininos, ela se converteu na cabeça do então maior partido político da Argentina (Barry 2008: 128). O fato é até hoje lembrado, como pode ser visto no discurso da senadora Ada Iturrez de Cappellini, do Partido Justicialista⁴:

Em 1949, sob a liderança incansável e combativa de María Eva Duarte de Perón, conhecida como "Evita", a Rama Feminina do Peronismo foi organizada, alcançando uma cota de 33% na estrutura do partido e replicando esse feito nos parlamentos. Posteriormente, essas conquistas enfrentaram as vicissitudes da política, com avanços e retrocessos, mas, em última análise, materializaram uma realidade que transformou as mulheres em ferramentas e instrumentos para o exercício do poder. Por essa razão, hoje, neste cenário latino-americano, não podemos ignorar a figura de Juan Domingo Perón na vida política, um grande estadista e incansável defensor dos direitos dos trabalhadores e das mulheres. Muitos foram os pleitos de grupos independentes e de alguns representantes partidários. No entanto, anos depois, surpreendentemente, os próprios partidos políticos apoiaram o voto feminino, e nós, como impulsionadoras de todas essas mudanças, nos unimos às campanhas eleitorais, acelerando assim a concretização do voto feminino. Não se pode falar dessa conquista sem evocar o pensamento e a ação de Evita, que impactaram o imaginário coletivo de seus contemporâneos e das gerações que a seguiram. O projeto de lei que concedeu direitos cívicos e políticos às mulheres, incluindo o direito de voto (Lei 13.010), foi aprovado por unanimidade (Iturrez 2013: 279).

Contudo, caberia perguntar por que foi criado um partido feminino separado do masculino. Isto aconteceu por conta de uma dupla circunstância: primeiro, o nascimento conflituoso do Partido Peronista tornava quase im-

4 Disponível em: <http://www.oas.org/en/cim/docs/democraciai-iturrezdecappellini.pdf>

Imagem 2: Eva Perón e as peronistas de seu gênero (1951)

Fuente: Archivo General de la Nación Argentina

pensável a integração feminina em sua estrutura: sua base operária, inicialmente com simpatia miliar, o fazia ter uma cultura muito masculinizada. Segundo, que o papel político de Eva Perón como primeira-dama e benfeitora social estava em ampla ascendência e isso lhe garantiria um maior protagonismo institucional. Sua atuação veio por liderar as mulheres até então politicamente inexperiente através da difícil situação do Partido Peronista, garantindo a formação de um partido político único. Em menos de dois anos, o PPF conseguiu reeleger Perón com a mobilização e incorporação das mulheres, chegando ao resultado de 63,97% de seus votos. Elas superaram em número de votos masculinos peronistas em todos os distritos, que chegavam a 83% em algumas províncias. Ao mesmo tempo, 23 deputadas federais e 6 senadoras mulheres ocuparam lugares nas listas de legisladores e todos os candidatos foram eleitos; somando os legisladores provinciais, 109 mulheres foram eleitas (Barry 2011a: 77).

Como Little (2018: 271) mostrou na Tabela 1 e Figura 1), graças aos votos femininos, os peronistas venceram na maioria dos departamentos de Jujuy, Salta, Tucumán, Catamarca, San Luis e Santiago del Estero, bem como em grande parte do sul de Santa Fe, Entre Ríos e Mendoza, noroeste de Buenos Aires e na periferia urbana da capital federal. Dentro da própria capital federal, um padrão semelhante se repetiu, com um forte apoio ao Peronismo concentrado principalmente na periferia da cidade, em áreas como La Boca, Nueva Pompeya, Vélez Sársfield e San Bernardo. No mais, até meados da década de 1940, mais de quatrocentos jornais e revistas eram publicados na Argentina em que, antes a chegada do peronismo, nem as atividades das mulheres em geral e nem suas preocupações ocupavam um lugar importante nos periódicos da época. Com muitas poucas exceções, mulheres não costumavam aparecer na seção política de alguma publicação; notícias deste tipo eram poucas e geralmente se

dedicavam ou às "ousadas" sufragistas e feministas, ou às "louváveis" instituições femininas de caridade. A situação só mudou com a atuação pública de Eva Perón, que cada vez mais ocupava um espaço de maior significância na seção política dos jornais. Como aponta Navarro (1997a: 123), ela começou a ser protagonista de diversas notícias durante a campanha eleitoral de Perón – coisa até então rara para as esposas dos candidatos.

Este movimento fez com que o peronismo culminasse na ampliação da cidadania ao incluir os habitantes diversos, processo que ocorreu de forma gradual e sustentada em que havia um interesse especial em expandir o processo de eleição para a manutenção de seus governantes. A incorporação da mulher à política fez parte dessas estratégias de fortificação das bases de apoio político ao peronismo ao incluir setores politicamente ausentes. Tal movimento, contudo, já vinha acontecendo desde 1944, quando Perón criou a Dirección de Trabajo y Asistencia de la Mujer, que se empenhava em analisar os problemas femininos e dar assistência e

proteção a suas famílias (Barry 2011b: 2). Além das políticas de proteção às mulheres, Perón também outorgava ampla liberdade para sua mobilização política; por exemplo, "de acuerdo con su reglamento general, el PPF estaba vinculado 'íntimamente' al Movimiento Peronista, pero era autónomo respecto del Partido Peronista que integraban los hombres" (Barry 2011c: 230). Isto é, o PPF se organizava a partir de uma tática política que tinha um "centro" que controlava, estimulava e dirigia sua estrutura, este tipo de desenvolvimento organizacional implicava numa estratégia em que Evita escolhia pessoalmente as mulheres que representariam o Partido provincial e nacionalmente.

Esse tipo de ação, contudo, suscitou uma certa resistência às outras sufragistas não peronistas. Estas feministas argentinas foram por décadas as promotoras do voto feminino, imbuídas, no entanto, de um espírito anti-oficialista ao priorizar sua oposição ao governo militar e a Perón, proclamando que só aceitariam uma lei de sufrágio se ela fosse promulgada durante um governo constitucio-

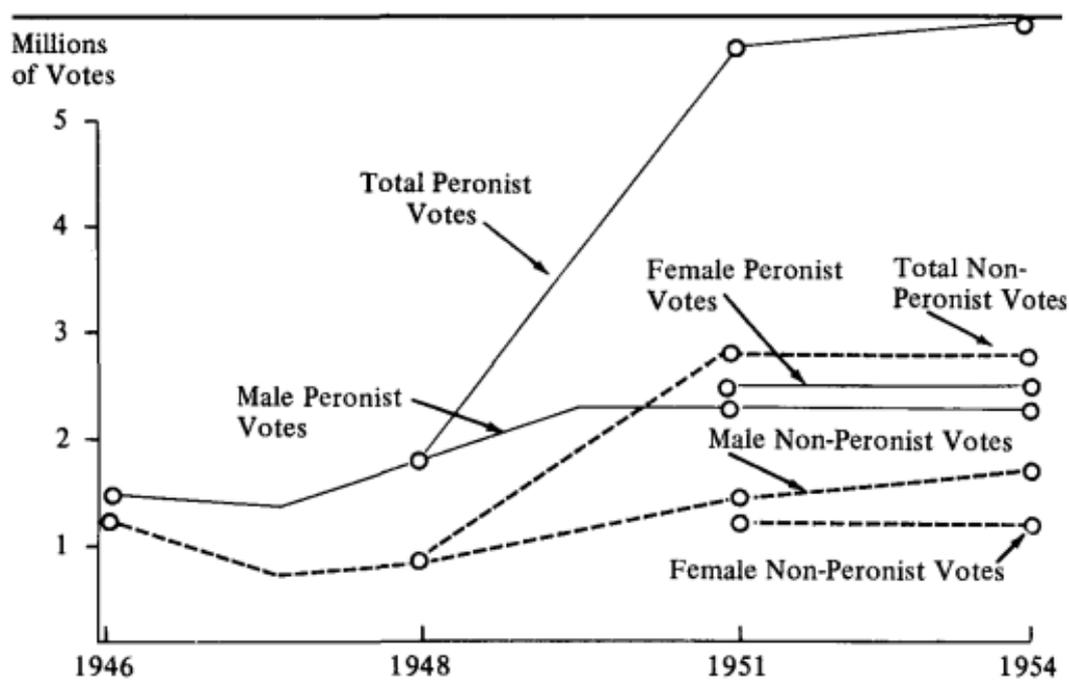


Figure 1: PERONIST AND NON-PERONIST VOTING, 1946-1954

TABLE 1
PERONIST AND NON-PERONIST VOTING 1946-1954^a

Years	Male Votes		Female Votes		Total Votes	
	Peronist	Non-Peronist	Peronist	Non-Peronist	Peronist	Non-Peronist
1946	1,488	1,280	–	–	1,488	1,280
1948	1,728	867	–	–	1,728	867
1951	2,304	1,411	2,442	1,315	4,745	2,726
1954	2,407	1,648	2,571	1,298	4,978	2,766

a. Figures are to the nearest 000. No specific sources are given for the statistical material presented in this essay since the data has been aggregated in most cases from many sources. The main sources used are Canton (1968), *La Nación* (1946-1954), *La Prensa* (1946-1954), *República Argentina* (1954, 1952, 1951a, 1951b, 1951c, 1948, 1946a, 1946b).

nal. Desse modo, deram origem a um movimento de mulheres contra o governo de Perón ao buscarem ser a frente de oposição das mulheres em articulação contra aquelas que se mobilizavam pelo partido político (Barry 2011b: 4). As mulheres anti-peronistas, além dos problemas e obstáculos da incorporação feminina no mundo político, se opunham também a um modelo de mulher que se remetia cada vez mais à figura de Eva Perón. Estas outras sufragistas não aceitavam que ela se erguesse como o grande modelo de feminilidade, e muito menos que se padronizasse como o modo pelo qual as mulheres deveriam se incluir na vida pública (Perrig 2015: 126).

Um exemplo do que ressaltava essa necessidade de oposição era o discurso corrente de Evita, que indicava que as mulheres não se engajariam na política, mesmo que estivessem organizando um partido político. Segundo ela, a incorporação das mulheres à política não deveria gerar incertezas e temores aos homens, pois as mulheres não fariam política, mas sim uma ação social, porque era isso o que levavam no sangue. Não estariam lá por ambições pessoais, mas para cumprir um papel social típico da mulher (Barry 2007).

Esse tipo de movimento acabou gerando uma série de questionamentos, pois a estratégia peronista de incorporação das mulheres na política consistiu numa reavaliação e ressignificação dos valores e papéis tradicionalmente considerados femininos, mas projetados da esfera privada para a pública e exercidos de forma ampliada, em que, a participação política das mulheres não representou uma ruptura com seu papel de gênero, mas sim o capitalizou e aplicou em uma área em que antes eram excluídas (Olguin 2013: 2).

Isso era amplamente ressaltado, então, pelos apoiadores e opositores, mesmo que estes interpretassem a questão de modo diametral. Um exemplo disso era o uso do conceito de amor, projetado de Evita para com seu povo – o problema se centra, no entanto, na noção de que o amor é visto no ocidente como um sentimento inerente à alma feminina. O amor de Eva, ainda, adquire traços de amor maternal em seus discursos e práticas políticas: ela se intitulava mãe dos “descamisados” e dos humildes, face que sempre era publicamente reforçada pela sua expressão romântica com Juan Perón – Evita mãe-esposa devotada. As relações de gênero eram

todas manifestadas a partir da feminilidade, ocultando a relação desigual entre os gêneros: Eva sempre um passo atrás de Perón, Evita líder dos peronistas de seu gênero. Até a construção imagética de Eva expressa tal ponto, seus atributos físicos eram esgrimidos não só como tipicamente femininos, mas também em consonância com o padrão cultural de beleza esperado: ela era jovem, branca e loira, mas sem uma beleza de extrema exuberância que pudesse se sobrepor a sua voz de comando amplamente presentificável (Díaz 2005: 180-182).

Desta forma, o que se pode ver é que, a partir de uma série de posições conservadoras e tradicionalistas, o movimento peronista conseguiu alavancar e suplantar um avanço considerável para o movimento sufragista e feminista argentino entre os anos de 1944 e 1951. O Partido Peronista Argentino, encabeçado por Eva Perón, gozando de grande liberdade em relação ao Partido Peronista e se organizando de modo centrado e concêntrico, acabou por angariar não só um grande número de eleitores para Perón, mas também eleger uma série de parlamentares regionais, deputadas federais e senadoras. Contudo, a moeda de troca para isso, muito ligada ao personalismo da figura de Evita, era efetivamente a manutenção de uma série de estereótipos de gênero que eram voluntariamente reforçados para que a inserção das mulheres não soasse como uma ameaça para a população argentina. Justiça e progressismo social ou projeto populista para manutenção do poder? Urge uma questão que não pode ser facilmente respondida. Entretanto, o que se pode efetivamente dizer é que a política enquanto arte do possível foi realizada com maestria, o bastante para efetivar uma conciliação entre os interesses das feministas (que buscavam a participação e a representação política) e do patriarcado (que acabou sendo reforçado pela extensão de certos papéis de gênero).

Algumas contestações

Conforme o governo peronista ganhava força política, Perón tinha que enfrentar alguns desafios institucionais. Ao mesmo tempo em que a Igreja fazia pressão contra o governo, justamente por Perón representar uma ameaça para a autoridade religiosa, o peronismo virou quase uma religião na Argentina, pois comparavam Evita às santas da Igreja Católica. A Confederação Geral do Trabalho (CGT) chegou inclusive a pedir ao Vaticano que fosse aberto um processo de canonização e declarar santa a ex-Primeira-Dama. A CGT alega que há vários relatos de pessoas que pediram bênçãos e foram atendidas. De acordo com os líderes sindicais Evita ou "Santa do Povo", entregou sua vida a um mandato providencial que foi sua missão de resgate da dignidade humana. E essa devoção começava muito cedo, no processo de alfabetização das crianças, sua foto estava impressa nas cartilhas escolares, onde as crianças preenchiam seu nome, ou completavam a frase: "Evita Imortal". Apesar do culto a sua pessoa, havia também uma tentativa de provocar uma crise de moral que se aproveitava da latente tendência de secularização da sociedade argentina – o governo iniciava uma revisão de leis como a: a proibição da prostituição ou do divórcio e a obrigatoriedade da educação religiosa (Bianchi 1999).

No mais, a propaganda política durante o governo de Juan Domingo Perón na Argentina (1946-1955) foi muito incisiva e relevante. Ela foi um instrumento cheio de significados num contexto em que as pessoas se identificam, buscam por mudanças e anseiam por melhores condições de vida. Neste caso, a propaganda política estava totalmente ligada ao Estado e aos interesses dos seus dirigentes, sendo destinada às grandes massas, que até então tinham sido completamente excluídas pela elite dos benefícios econômicos. É clara a influência da propaganda política semelhante à utilizada pelos regimes nazifascistas: os símbolos na Argentina do peronismo, como o "escudito", simbolizavam a submissão do povo unido sob a proteção

Imagem 3: Eva vestindo Dior na fundação do Teatro Colón (1949)

Fuente: Archivo General de la Nación Argentina

de seu chefe. O rádio na época era o meio de comunicação mais acessível para divulgar as concepções políticas adotadas pelo governo, fazendo a propaganda política e a integração da nação, como ocorreu na Argentina de Perón (Díaz 2005).

O governo argentino também investiu pesado no cinema, em especial por Eva já ter sido atriz. Os filmes tinham a finalidade de transmitir os ideais do governo, mas nem sempre foram bem recebidos pelo público. No caso da Argentina, as mídias governistas queriam transmitir a concepção de ruptura com o passado recente e maléfico. O foco estava nas oligarquias entreguistas responsáveis pela desigualdade social e pela presença de países estrangeiros no controle de setores essenciais. A Argentina desenhava uma formação identitária controversa que tinha como principal referência a relação que teve com os EUA no período pós-Segunda Guerra Mundial (Bethell 2016). Tal posição

apontava a centralidade do papel dos Estados Unidos como maior antagonista para o processo de desenvolvimento econômico da região, forçando as nações a posições marginais na política internacional. O mesmo se via no controle dos veículos escritos, que tão pouco admitiam divergências (Ferret & Pinto 2011).

Desta maneira, mesmo o governo peronista se utilizando dos meios de comunicação, baseando-se nos governos nazifascistas europeus, e distribuindo cartilhas nas escolas com objetivo de doutrinar as crianças, não teve forças para se manter no poder por muito mais tempo. Os militares, até então seus aliados, já estavam a se sentir ameaçados e o estilo de vida de Eva e Perón, com os escândalos de corrupção, causou um enorme descontentamento, fatores que também contribuíram para o fim da era peronista. Isto é, nenhum grupo social se sentiu autenticamente representado por um governo

que funcionasse como árbitro acima de todos os partidos. As classes abastadas viram na liberalização da política econômica uma confirmação do fracasso da política dirigista e a classe trabalhadora já não mais estava disposta a fornecer ao regime o apoio ilimitado que tinha anteriormente (Waldmann 1986).

Contestações Finais

Dado o supracitado, o que está em foco aqui é como dentro de uma série de especificidades do peronismo, uma emergência política, social e cultural argentina entre os anos 1945 e 1955, a figura da Eva Perón se consolidou como aquilo que teve maior expressividade na memória coletiva da Argentina. Sendo líder das peronistas de seu gênero, Eva foi a fundadora do Partido Peronista Feminino (PPF), que em 1950, durante a re-eleição de Perón, conseguiu não só efetivar a larga e ampla participação das mulheres na política institucional e processo democrático, como também eleger mais de 105 candidatas mulheres. Tal sucesso conseguiu garantir grande independência do PPF em relação ao Partido Peronista; centralizado na figura de Eva, a nova atuação feminina estava condicionada à sua sombra. O outro lado da moeda, então, era que a emergência de Eva no cenário nacional implicava numa especificidade muito contundente: toda a sua construção política, discursiva e imagética reforçava o papel feminino que até então vinha sendo combatida pelas femininas, ampliando seu papel servil, maternal e cuidador da esfera privada para a esfera pública.

Tal movimento progressista, mas também conservador dentro de seu próprio avanço, expressava e servia como sinal de todo o processo de funcionamento do peronismo. Os avanços e retrocessos concomitantes eram vários, garantindo a manutenção do poder ao mesmo tempo que alavancava uma série de mudanças radicais no tecido social argentino. Do culto à personalidade, garantido pela doutrinação escolar, à distribuição de renda, viu-se um grande incentivo à industrialização nacional e uma maior participação popular na política, ao mesmo tempo que se teve um

grande controle da imprensa, uma repressão aos movimentos opositores e grandes escândalos de corrupção. Peronismo, progressismo conservador que atuou em todas as esferas sociais argentinas para conseguir mudar tudo sem mudar nada.

No contexto da Guerra Fria, o que se tinha no peronismo argentino, em especial como Eva Duarte de Perón mobilizou uma transformação de gênero dentro de uma transformação política, era um fato social total. Sua atividade teve implicações em toda a sociedade, nas esferas econômica, jurídica, política e religiosa. Esta última, que tinha um papel central neste problema, expressa de modo agudo as incongruências congruentes do peronismo no que diz respeito aos avanços e retrocessos sociais. Ao passo que a população clamava pela canonização de Eva, associando sua imagem às figuras de santidade, Perón jogava, de modo perigoso e perverso, com a latente secularização dos grandes centros urbanos. Tal especificidade do peronismo acabava por criar uma tensão dúbia entre o Estado e a Igreja, em que a última era utilizada em sua moral para garantir o apoio popular e participação política das massas, ao mesmo tempo em que Perón lutava para conquistar jovens corações e mentes que até então estavam sob a área de influência da religiosidade capilarizada através das famílias argentinas. É, então, com o culto à personalidade nos espaços de disciplina, como escolas e fábricas, que tal relação de poder começa a se alterar, mesmo que subjetivamente a moralidade cristã tenha sido expandida de outras formas (por exemplo, pelo papel feminino dúbio exercido por Evita).

Este lusco-fusco era expresso, de modo mais explícito, através dos discursos de Eva e como estes eram percebidos. Falando aos operários e suas mulheres, ela indicava a construção de uma nova história em que estes grupos ganham seu protagonismo e em que ela era símbolo de sua construção. Segundo Evita, ela estaria nestes milhões de descamisados, pois ela vivia em cada um deles, que seriam encarregados de continuar com a luta pela justiça social, defendendo o futuro de seus filhos e da nação. Eva, então, represen-

tava os anseios não cumpridos, tudo aquilo que poderia vir a ser, mas que ainda não havia sido: sua imagem superava sua própria figura real – em sua figura confunde-se o mito e a história, operando um espetáculo como esperança e a realidade como drama (Avelino & Gonçalves 1998). Deste novo movimento histórico, ela era sua bandeira, pois de todas as contradições internas à sua existência, Evita era aquilo que não gerava contradições. Eva foi a bandeira dos humildes para além do peronismo (Díaz 2005: 121-126).

Desta maneira, o que se tem é a centralidade de Eva em todo o processo de mudança social, política, econômica, religiosa e de subjetividade das relações argentinas entre os anos de 1945-1955; um fato social total para além do Peronismo, independente e maior que ele, sendo progressista e conservador em todos os âmbitos para se efetivar como personifi-

cação desse novo Estado argentino (Gomes 2010). Esta especificidade do peronismo, aqui chamado de progressismo-conservador, marca a não exterioridade das formas políticas: é de dentro do conservadorismo que emergiram as formas de resistência política que impulsionaram o progressismo peronista – é com a dobra do conservadorismo sobre ele mesmo, que novas experiências de transformações sociais, econômicas, culturais e políticas foram possibilitadas, em especial por meio da figura de Eva Perón.

Em resumo, durante o primeiro governo de Perón, a situação política das mulheres na Argentina mudou consideravelmente. Dois acontecimentos foram fundamentais para esta transformação: a aprovação da Lei do Sufrágio Feminino em 1947, que lhes garantiu o direito ao voto; e a criação do Partido Peronista Feminino (PPF), que buscava sua

Imagem 4: Manifestação peronista em frente ao Congresso Nacional (1948)



Fuente: Archivo General de la Nación Argentina

incorporação massiva na arena política (Perig 2011). Desta forma, Eva Perón desempenhou um papel crucial neste processo, liderando a luta pelos direitos das mulheres e tornando-se uma referência para muitas delas ao assumir uma posição de liderança, ainda que por meio da manutenção de relações conservadoras.

No entanto, é importante também mencionar que durante o governo Perón foram promovidas importantes políticas de industrialização e expansão do mercado interno, o que proporcionou mais oportunidades de emprego para as mulheres, em especial em setores considerados "femininos", como em escolas e hospitais, áreas que tiveram grandes investimentos durante este período. Ainda assim os desafios que as mulheres enfrentaram durante este período foram numerosos. Apesar dos avanços em termos de direitos políticos e expansão de postos ligados a maternagem (como no cuidado de crianças, idosos e doentes), as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas na sociedade e no mercado de trabalho mais amplo, devido à discriminação de gênero e à violência sexista (Barry 2011c).

Por fim, embora o PPF proporcionasse uma plataforma progressista para a participação política das mulheres, a organização era altamente centralizada, conservadora e dominada pela figura de Eva Perón, o que limitava a democracia interna. Embora o governo de Perón tenha sido um marco na luta pelos direitos das mulheres na Argentina, as mulheres da época e de hoje ainda enfrentam inúmeros desafios. A luta de Eva Perón, das peronistas de seu gênero e de suas opositoras na vida pública lançou bases para avanços subsequentes na igualdade de gênero na Argentina.

Bibliografia

- Avelino, Y.; Gonçalves, A. (1998): "Eva Perón, a Madonna dos descamisados". O espetáculo como esperança e a realidade como drama. Proj. História, São Paulo (17).
- Barros, Luiz E. P. (2016): A cultura política do varguismo no Brasil e do peronismo na Argentina: um diálogo com a obra "multidões em cena" de Maria Rolim Capelato. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Luiz__Barros_II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina.pdf.
- Barry, Carolina (2019): "Eva Perón, o la política". In: NATANSON, J. El Atlas del Peronismo. Le Monde Diplomatique, edición cono sur. Capital Intelectual. Disponível em: https://www.academia.edu/40048460/Eva_Per%C3%B3n_o_la_pol%C3%ADtica_El_poder_femenino_paralelo.
- Barry, Carolina (2011a): Conquista y el discurso artificioso en la política peronista femenina. CONfines relacion. internaci. ciencia política, v. 7, n. 14, p. 75-99. Disponible en <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-35692011000200004&lng=es&nrm=i>so>.
- Barry, Carolina (2007): El Partido Peronista Femenino: la gestación política y legal. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Débats. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/12382>.
- Barry, Carolina (2008): Eva Perón y la inclusión política de las mujeres. Arenal, v. 15, n. 1, p. 127-149. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/arenal/article/view/3028/3114>.

- Barry, Carolina (2011b): Eva Perón y la organización política de las mujeres. CEMA Working Papers: Serie Documentos de Trabajo. 453, Universidad del CEMA, 2011b. Disponível em: <https://ucema.edu.ar/publicaciones/download/documentos/453.pdf>.
- Barry, Carolina (2011c): Eva Perón y las primeras dirigentes del peronismo, 1949-1955. *Historia y Política*, n. 26, p. 227-257, 2011c. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/Hyp/article/view/41332>.
- Barry, Carolina (2012): Los Centros Cívicos Femeninos: Prácticas Políticas, Tensiones Y Continuidades Con El Partido Peronista Femenino (1946). *Desarrollo Económico*, 52(206), pp. 285-309. <http://www.jstor.org/stable/23612348>
- Díaz, Martha (2005): Mulher e poder: o caso Eva Perón na política Argentina. Dissertação apresentada Universidade Federal da Bahia para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10874>.
- Frank, Andre Gunder (1966): O desenvolvimento do subdesenvolvimento. Disponível em: https://beneweb.com.br/resources/Teorias_e_experi%C3%AAncias_de_desenvolvimento/7%20Andr%C3%A9%20Gunder%20Frank%20O%20desenvolvimento%20do%20subdesenvolvimento.pdf. Acesso em: 04 set. 2023.
- Galeano, Eduardo (2019): *As Veias Abertas da América Latina*. L&PM Pocket, Porto Alegre.
- Gombata, Marsílea (2020): O comércio internacional da América Latina e Caribe deve cair 23% em 2020 devido à pandemia. *O Globo, Economia*, São Paulo, 07 ago, 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/08/07/exportacao-da-america-latina-cair-mais-neste-ano-que-na-criese-de-2009.ghtml>. Acesso em: 04 set. 2023.
- Gomes, Fabrício (2008): O Peronismo e seus múltiplos significados: movimento político ou fenômeno social? (1943-1955). Trabalho apresentado à Universidade Federal Fluminense para obtenção do título de Especialista em História Contemporânea, 2010. Disponível em: <https://silo.tips/download/o-peronismo-e-seus-multiplos-significados-movimento-politico-ou-fenomeno-social#>.
- Little, W. (1953): Electoral Aspects of Peronism, 1946-1954. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 15(3), p. 267-284, 1973.
- Ministerio Da Cultura (s/d.): *Evita, referente de las mujeres de la política*. Disponível em: <https://www.cultura.gob.ar/eva-peron-en-la-politica-9284/>. Acessado em: 30 de ago. de 2020.
- Navarro, M. (1997): The case of Eva Perón. *Signs*, 3, p. 229-240, 1977.
- Navarro, M. (1997a): *Evita*. Buenos Aires: Planeta, 1977a.
- Olguin, Maria (2013): *Lenguaje, peronismo y organización política de las mujeres. El Partido Peronista Femenino*. X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. Disponível em: <http://cdsa.academica.org/000-038/363.pdf>.
- Perrig, Sara (2011): *Mujer, madre y ciudadana: Peronismo y antiperonismo en la reivindicación de los derechos femeninos*. *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, v. 1, n. 15, p. 213-223. ISSN-e 0719-4749, ISSN 0717-5248.
- Perrig, Sara (2015): *¿Y ahora qué? Las mujeres antiperonistas y los derechos políticos femeninos (1947-1951)*. *Latinoamérica*, v. 61, p. 97-128. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1665857415000319>.
- Rodriguez, Margarita (2006): "Peronismo: movimiento popular democrático, ou populismo autoritário? (1945-1955)". In: Lombardi, J.; Saviani D.; Nascimento, M.; *Navegando na História da Educação Brasileira*. Campinas: HISTEDBR, p. 1-24. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Margarita_Victoria_Rodriguez_artigo.pdf

- Silva, Paulo (2016): Peronismo, nacionalismo e identidades na Província de Entre Ríos: as revistas *Substância* e *Tellus* e a produção cultural durante o governo de Perón (1948-1952). *Revista SURE*, n. 8, pp. 62-84.
- Waldmann, P. (1986): *El Peronismo 1943-1955*. Buenos Aires: Hyspamérica. Disponível em: <https://www.ebookelo.com/ebook/39517/el-peronismo-1943-1955>.
- Xavier, Glauber Lopes (2018): O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência. *ESPACÇO TEMA LIVRE, Rev. katálýsis*, 21 (02), May-Aug.